

PROCESSO - A. I. N° 269140.0003/15-8
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - DAT NORTE / IFEP
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 19/01/2024

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO CJF N° 0456-12/23-VD**

EMENTA: ICMS. 1. MATERIAIS DE USO E CONSUMO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. **a)** CRÉDITO INDEVIDO; **b)** DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. Representação proposta com base no art. 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), em razão do controle da legalidade, para adequar o valor constante no Acórdão CJF nº 0248-11/22-VD, o que implicou na redução parcial do valor julgado. Representação **ACOLHIDA**. Auto de Infração **Procedente em Parte**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação da PGE/PROFIS, com fundamento no artigo 136, § 2º da Lei nº 3.956/81 (COTEB) e no artigo 113, § 5º, I do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, exercido por este órgão, que através do Parecer PROFIS-NCA-RMP N° 75/2023, subscrito pela ilustre Procuradora do Estado, Dr.^a Rosana Maciel Passos Salau, às fls. 941 e 942 dos autos, com anuência da Procuradora Assistente da PGE/PROFIS/NCA Dra. Paula G. Morris Matos, propõe ao CONSEF pela correção do demonstrativo de débito constante da Decisão da 1ª CJF, exarada através do Acórdão CJF nº 0248-11/22-VD, às fls. 878 a 903 dos autos, consoante manifestação de fl. 932 dos autos.

Conforme o referido Parecer, trata-se de lançamento de ofício que imputou ao contribuinte, em epígrafe, a prática de duas infrações: (i) utilização indevida de crédito fiscal referente à aquisição de material para uso ou consumo do estabelecimento e (ii) falta de recolhimento de diferenças de alíquotas nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a consumo do estabelecimento, tendo, em sua peça recursal (fls. 791/831), a recorrente informava que, nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 1203904-6/2006, obtido sentença favorável, já transitada em julgado, que reconheceu o direito ao uso de crédito fiscal em relação a parte dos materiais objeto da autuação, por se tratarem de produtos intermediários, indispensáveis a seu processo produtivo e nele consumidos, não se configurando como bens de uso/consumo.

Salienta que, nessa oportunidade, a 1ª Câmara de Julgamento Fiscal determinou a realização de diligência, a fim de que o autuante apresentasse novos demonstrativos para o Auto de Infração, deles excluindo os materiais que o Poder Judiciário reconheceu como produtos intermediários (fls. 837/838), o que foi atendido pelo autuante (fls. 844/850) e sobre seu resultado se manifestou a autuada (fls. 872/873), tendo, em seguida, sobrevindo o julgamento pela 1ª CJF (fls. 878/903), que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário, reduzindo o valor devido para R\$ 194.241,99, na forma do demonstrativo de fls. 902/903.

Contudo, encerrado o contencioso administrativo, iniciou-se a discussão do crédito tributário na esfera judicial, ocasião na qual o contribuinte apontou a existência de erro no demonstrativo de débito constante da decisão administrativa.

Registra que, instado a se manifestar, o ilustre Assistente do Conselho, Dr. Luiz Alberto Amaral Oliveira, a quem coubera a relatoria do processo administrativo (voto vencedor), reconheceu que a decisão consignou valores distintos daqueles efetivamente apurados na diligência, merecendo reparo. Acrescentou que não se tratava de mero erro material e, sim, de *error in iudicando*, circunstância que reclama a intervenção da PGE no processo, a fim de que, no exercício do controle de legalidade, represente ao CONSEF pela correção do erro apontado.

Às fls. 943 dos autos, consta a anuência da Procuradora Assistente da PGE/PROFIS/NCA, Dr.^a Paula G. Morris Matos, aos termos das conclusões exaradas pela i. Procuradora no Parecer PROFIS-NCA-RMP nº 75/2023, quanto ao cabimento da representação ao CONSEF para fins de correção do demonstrativo de débito constante da Decisão de fls. 878/903, pois, de fato, a referida Decisão consignou valores distintos daqueles efetivamente apurados na diligência (fls. 902/903), merecendo reparo, razão de determinar o encaminhamento ao CONSEF para conhecimento e deliberação.

É o relatório.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o valor histórico de R\$ 800.869,72, sob as acusações de: utilização indevida de crédito fiscal referente à aquisição de material para uso ou consumo do estabelecimento e de falta de recolhimento de diferenças de alíquotas nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a consumo do estabelecimento, tendo a Decisão de piso, através do Acórdão JJF nº 0130-02/19, julgado o Auto de Infração Procedente em Parte, no valor de R\$ 293.950,25, e a Decisão de 2º grau, através do Acórdão CJF nº 0248-11/22-VD, julgado o Auto de Infração Procedente em Parte no valor de R\$ 194.241,99, cujo valor consignado na Decisão da CJF se fundamentou na depuração realizada pelo autuante, através de diligência, conforme excerto:

Trata-se, como se vê, de uma extensa lista de itens identificados como peças de reposição, componentes de máquinas e equipamentos, cujo uso não resulta em elevação da vida útil dos bens aos quais se integram.

Quanto à decisão judicial relativa ao Auto de Infração nº 206910.0004/06-5, informa a douta PGE que a sentença transitou em julgado e que possui efeitos anulatórios e declaratórios (prospectivos), reverberando no presente lançamento.

Solicita que seja feito um cotejo entre as mercadorias lá autuadas e aquelas outras objeto do presente lançamento.

Nesse sentido, o autuante fez a necessária depuração, tendo reduzido o valor lançado conforme demonstrativo acostado ao CD, à folha 850.

Com a exclusão dos meses em relação aos quais o relator reconhece a ocorrência do fenômeno decadencial (com o que concordo), as infrações 01 e 02 ficam reduzidas, conforme demonstrativo abaixo:
[...]

Neste sentido, tendo o Relator do voto vencedor, à fl. 932 dos autos, comprovado que os valores consignados no Acórdão CJF nº 0248-11/22-VD se encontram diferentes daqueles efetivamente apurados na diligência, do que diz anexar dois arquivos: o primeiro com o Acórdão atual (errado) e o segundo com o Acórdão correto (o que deveria ter sido), cuja diferença diz não ser muito significativa, o próprio, na condição de Assistente do CONSEF, endereçou expediente à PGE/PROFIS que, dentro de sua competência, nos termos do art. 136, § 2º da Lei nº 3.956/81 (COTEB), representou ao CONSEF, para correção do demonstrativo de débito ínsito na Decisão da 1ª CJF, exarada através do Acórdão CJF nº 0248-11/22-VD, às fls. 878 a 903 dos autos.

Pelo exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação ora proposta, para reduzir o débito do Auto de Infração e, em consequência, julgar PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração, no valor de R\$ 193.206,71, devendo ser cientificado o contribuinte e encaminhado o PAF à PGE/PROFIS para adotar as providências cabíveis, consoante manifestação de fl. 932 dos autos, nos termos a seguir:

MESES	INFRAÇÃO 01 CRÉDITO INDEVIDO (R\$)	INFRAÇÃO 02 DIF. DE ALÍQUOTAS (R\$)	TOTAL GERAL (R\$)
jan/10	-	-	-
fev/10	-	-	-
mar/10	-	-	-
abr/10	-	-	-
mai/10	-	-	-
jun/10	-	-	-
jul/10	-	-	-
ago/10	-	-	-

set/10	-	-	-
out/10	3.461,63	5.028,75	8.490,38
nov/10	2.521,41	3.602,02	6.123,43
dez/10	4.847,17	6.342,23	11.189,40
jan/11	8.030,90	8.925,46	16.956,36
fev/11	4.170,30	5.856,92	10.027,22
mar/11	4.454,02	6.174,62	10.628,64
abr/11	8.037,85	10.765,37	18.803,22
mai/11	1.989,33	5.197,90	7.187,23
jun/11	11.157,22	11.453,98	22.611,20
jul/11	3.445,80	3.744,71	7.190,51
ago/11	7.363,64	10.519,50	17.883,14
set/11	5.463,69	7.424,32	12.888,01
out/11	7.893,63	11.010,17	18.903,80
nov/11	7.128,34	10.183,33	17.311,67
dez/11	2.887,50	4.125,00	7.012,50
TOTAL	82.852,43	110.354,28	193.206,71

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 269140.0003/15-8, lavrado contra **CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto de **R\$ 193.206,71**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, incisos II, “f” e VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, posteriormente encaminhar o PAF à PGE/PROFIS para adotar as providências cabíveis.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 11 de dezembro de 2023.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – RELATOR/PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO - REPR. DA PGE/PROFIS